



Índice

CHEFE DE GABINETE	2
EDITAL	2
EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 01/2024	2

CHEFE DE GABINETE

EDITAL

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 01/2024

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 04/2024 PERÍODO DO RECEBIMENTO DE PROPOSTAS: Das 08h do dia 25/04/2024 às 14h do dia 25/05/2024. AGENTE DE CONTRATAÇÃO: Valéria de Abreu Silva LOCAIS: contratacoescamaramontesaltos@gmail.com Sede da Câmara Municipal de Montes Altos-MA, no horário das 08h às 12h, em dias de expediente, situado à Avenida Fabrício Ferraz, s/n, Centro – Montes Altos-MA – CEP: 65936-000.

----- Torna-se público que a CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES ALTOS-MA, por intermédio da Agente de Contratação, Sra. Valéria de Abreu Silva, designada pela Portaria 013/2024, realizará Credenciamento, com base nos Arts. 78 inciso I e 79 da Lei Federal nº 14.133/2021; do Decreto nº 11.878, de 09 de janeiro de 2024, do art. 53 e parágrafos da Portaria nº 026/2024 que dispõe sobre a Regulamentação de Procedimentos Da Lei nº 14.133/2021 no âmbito do Poder Legislativo de Montes Altos-MA. 1. DO OBJETO: 1.1. Trata-se de CREDENCIAMENTO de Pessoa Jurídica para fornecimento de combustível, tipo gasolina comum, a fim de atender às necessidades do veículo oficial da Câmara Municipal de Montes Altos-MA, conforme descrição contida no Termo de Referência, relacionado no Anexo I, deste Edital. 1.2. Este Edital de Credenciamento tem vigência por prazo determinado. 1.3. O prazo de inscrição para o credenciamento de que trata este edital inicia-se no dia de sua publicação na plataforma Licitanet e demais órgãos de publicação legal e permanecerá aberto pelo período de sua vigência de 30 (trinta) dias corridos, podendo ser prorrogável uma vez, por igual período. 1.4. A Câmara Municipal de Montes Altos-MA, promoverá a rotatividade dos abastecimentos, de acordo com o número de empresas credenciadas e de acordo com as suas necessidades, tendo em vista a demanda de viagens. 1.5. O presente Edital poderá ser acessado e extraído na íntegra na plataforma Licitanet; no site <http://cmmontesaltos.ma.gov.br/> ou retirado na Sede da Câmara Municipal de Montes Altos-MA, no horário das 08h às 12h, em dias de expediente, situado à Avenida Fabrício Ferraz, s/n, Centro – Montes Altos-MA – CEP: 65936-000. 2. DAS CONDIÇÕES, DO PERÍODO, HORÁRIO E SELEÇÃO DOS INTERESSADOS PARA O CREDENCIAMENTO 2.1. Poderão credenciar-se perante à Câmara Municipal, as empresas do ramo de comércio de combustíveis, devidamente autorizadas a funcionarem de acordo com as licenças dos órgãos técnicos responsáveis. 2.2. Serão admitidos neste processo o credenciamento de postos de combustíveis localizados na cidade de Montes Altos-MA. 2.3. As quantidades consideradas no quadro de quantidades e custos visam somente oferecer aos proponentes elementos para avaliação do potencial de fornecimento. Estas quantidades, não constituem sob nenhuma hipótese, garantia de volume de produto a ser requisitado. 2.4. A Câmara Municipal pagará ao fornecedor o valor correspondente ao fornecimento efetivamente realizado, nas condições estipuladas neste instrumento e de acordo com os preços que serão registrados. 2.5. Os documentos para credenciamento, com vistas a habilitação, serão recebidos a partir do dia 25/04/2024 até o dia 25/05/2024, devendo os interessados entregarem os documentos necessários para adesão, conforme exigido neste Edital. 2.6. Os documentos poderão ser apresentados em cópias simples, sem autenticação, ficando a empresa ciente de que, havendo dúvidas quanto a autenticidade ou a veracidade das informações, será realizada diligência para conferência dos dados. 2.7. Os interessados deverão encaminhar os documentos relacionados no item 04 através de e-mail ao endereço eletrônico contratacoescamaramontesaltos@gmail.com, (os documentos deverão estar salvos em PDF) ou por meio físico, com envelope lacrado, no horário das 08h às 12h, em dias de expediente, para a Agente de Contratação, Sra. Valéria de Abreu Silva, na Sede da Câmara Municipal de Montes Altos-MA, no horário das 08h às 12h, em dias de expediente, situado à Avenida Fabrício Ferraz, s/n, Centro – Montes Altos-MA – CEP: 65936-000, conforme descrição abaixo:

CREDENCIAMENTO Nº 01/2024 INTERESSADO:

ENDEREÇO:

TELEFONE PARA CONTATO:

EMAIL:

2.8. Será respeitada a ordem cronológica do

envio do Requerimento de Credenciamento, do ANEXO II, seja por e-mail ou presencialmente, para seleção dos interessados.

2.9. A seleção do credenciado fica condicionada ao atendimento dos requisitos de Habilitação do Edital, do item 04. 2.10. A relação dos credenciados habilitados para a execução do objeto serão divulgados no Diário Oficial Municipal de Montes Altos-MA.

3. DA VINCULAÇÃO LEGAL: 3.1. O presente Edital de Credenciamento vincula-se aos Arts. 78 inciso I e 79 da Lei Federal nº 14.133/2021; do Decreto nº 11.878, de 09 de janeiro de 2024, do art. 53 e parágrafos da Portaria nº 026/2024 que dispõe sobre a Regulamentação de Procedimentos Da Lei nº 14.133/2021 no âmbito do Poder Legislativo de Montes Altos-MA.

4. DA HABILITAÇÃO: 4.1. O capítulo IV do Decreto nº 11.878, de 09 de janeiro de 2024, traz em seu art. 11 requisitos para Habilitação do Credenciado, conforme abaixo: Art. 11. Para habilitação como credenciado, serão exigidos os documentos necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do interessado de realizar o objeto da contratação, nos termos do disposto nos art. 62 ao art. 70 da Lei nº 14.133, de 2021. Sendo assim, as empresas que tiverem interesse em credenciar-se deverão apresentar os seguintes documentos: I. Requerimento solicitando credenciamento junto à Câmara Municipal, devidamente assinado pelo representante legal da empresa, indicando o número do credenciamento e itens para o qual deseja-se credenciar – Anexo II. II. Ato constitutivo, Estatuto ou Contrato Social e todas as alterações ou Contrato Social Consolidado, no caso de empresa Ltda., ou Estatuto, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documento de eleição de seus administradores ou Ato Constitutivo. III. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ); IV. Certidão Negativa de Tributos Federais; V. Certidão Negativa de Tributos Estaduais; VI. Certidão Negativa de Tributos Municipais; VII. Prova de Regularidade relativa a? Seguridade Social, emitida RFB – Receita Federal do Brasil e PGFN – Procuradoria Geral da Fazenda, demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituído por Lei (Certidão Conjunta Federal); VIII. Certidão de Regularidade de Situação CRF, do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço- FGTS; IX. Prova de regularidade trabalhista através da apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), instituído pela Lei no 12.440, de 07/07/2011; X. Prova de inscrição no cadastro municipal da Prefeitura do Município em que esta? a sede do licitante (Alvara?), em plena validade e regularidade de situação. XI. Registro de revendedor varejista de combustíveis automotivos, expedido pela ANP – Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis. XII. Atestado de Vistoria do Corpo de Bombeiros, emitido pela autoridade competente, vigente para a data da sessão inaugural; XIII. Atestados de capacidade técnica que demonstram a experiência anterior da empresa em serviços similares; XIV. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos dois últimos exercícios sociais; XV. Certidão negativa de Falência ou Concordata, expedida pelo distribuidor da sede do licitante, no máximo 90 (noventa) dias da data prevista para abertura das propostas; XVI. Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica expedida pelo Tribunal de Contas da União, no máximo 30 (trinta) dias da data prevista para abertura das propostas, no endereço eletrônico: <https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>. 4.2. Serão consideradas habilitadas as pessoas jurídicas que apresentarem corretamente a documentação solicitada e que atendam todas as condições exigidas neste Edital. Os documentos a serem exigidos devem constar no Edital e no Termo de Referência e deverão ser solicitados posteriormente do fornecedor credenciado.

5. DOS VALORES E DOS REALINHAMENTOS: 5.1. Os preços propostos já levam em conta todas e quaisquer despesas incidentes na execução do objeto, tais como serviços de frete, carga, descarga, transporte, embalagens, mão-de-obra, assistência, garantia pelo prazo estipulado no Termo de Referência, impostos, taxas, bem como quaisquer outros que porventura venham a incidir sobre o objeto e demais encargos indispensáveis ao perfeito cumprimento das obrigações decorrentes da execução dos serviços. 5.2. Não havendo reajuste na Tabela ANP os preços não sofrerão alterações. Os valores quando reajustados serão tornados públicos mediante comunicação através do Diário Oficial de Montes Altos-MA.

6. DA ALOCAÇÃO DOS VOLUMES E EXECUÇÃO DO CONTRATO: 6.1. Considerando que a opção da Administração pelo credenciamento de postos de combustíveis, com base no Art. 79, II, 14.133/2021, tem o objetivo de reduzir a complexidade e aumentar a celeridade e a eficiência do processo de contratação, este edital possui um prazo de vigência de 30 (trinta) dias pelos seguintes motivos elencados abaixo: a) Inviabilidade de mensurar quantos interessados surgirão para se credenciar, na hipótese de manter o Edital de Credenciamento permanentemente aberto para novos interessados; b) Considerando que o Credenciamento permanentemente aberto, cria a possibilidade de contratação de um número de fornecedores muito superior àquele passível de ser gerido e fiscalizado, pois a demanda das quantidades e limites financeiros disponíveis para o objeto de contratação está a critério de terceiros, não permitindo a contratação imediata e simultânea de todos os que vierem se

credenciar; c) Considerando o limite orçamentário do Edital, conforme o item 10.8, não é viável a elaboração para cada credenciado um contrato com o valor total do Edital, embora cada contrato não deva ser cumprido integralmente. 6.2. Assim, visando garantir a gestão e fiscalização dos contratos, serão adotados critérios objetivos de distribuição da demanda. Prestigiando o princípio da isonomia, impondo a necessidade de tratar todos os interessados aptos no credenciamento de maneira igualitária. 6.3. Os contratos serão divididos equitativamente conforme o número credenciados que foram habilitados dentro do prazo de vigência do Edital. 6.4. A alocação de que trata o item anterior será feita conforme os quantitativos disponíveis na tabela no item 1.1 do Termo de Referência, ANEXO I. 6.5. No impedimento de uma credenciada, no curso da execução do contrato de fornecimento, será a sua cota realocada a outras credenciadas. 6.6. Os interessados no Credenciamento, formalizarão contrato administrativo por meio de Processo Administrativo. 6.7. A empresa credenciada será convocada para, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, assinar o contrato com a Câmara Municipal de Montes Altos-MA, de acordo com a minuta contratual relacionada no Anexo III, deste Edital. 6.8. O prazo de que trata o item anterior poderá ser prorrogado, a critério da Câmara Municipal, mediante solicitação e justificativa da empresa credenciada. 6.9. Para o fornecimento, o contrato deverá estar devidamente assinado e publicado no PNCP (Portal Nacional de Contratações Públicas) e no Diário Oficial do Município de Montes Altos-MA, nos termos legais, mediante autorização de fornecimento específico a critério da Câmara, conforme constante no presente edital. 6.10. As empresas credenciadas deverão abastecer o veículo somente mediante apresentação da requisição/ordem de abastecimento, devidamente assinada pelo responsável designado pela Câmara Municipal. 7. DO PRAZO DE CONTRATAÇÃO: 7.1. O prazo de vigência da contratação é de 01(um) ano, contado a partir da publicação no Diário Oficial do Município de Montes Altos-MA e demais meios de publicidade, prorrogável por até 05 (cinco) anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021. 7.2. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Câmara Municipal de Montes Altos-MA, permitida a negociação com o contratado, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos: a) Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada; b) Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente; c) Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Câmara Municipal mantém interesse na realização do serviço; d) Haja manifestação expressa do contratado informando o interesse na prorrogação; e) Seja comprovado que o contratado mantém as condições iniciais de habilitação. 7.3. O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual. 7.4. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo. 7.5. Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação. 7.6. O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação. 8. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA: 8.1 Fornecer combustível que atenda a especificação técnica exigida pela Agência Nacional de Petróleo – ANP – www.anp.gov.br. 8.2 Efetuar a entrega dos bens/serviços em perfeitas condições, em estrita observância das especificações deste instrumento, acompanhados das respectivas Notas Fiscais Eletrônicas, constando detalhadamente as indicações da descrição, placa, litros e quilometragem do veículo. 8.3 Efetuar a entrega dos combustíveis em perfeitas condições, em estrita observância das especificações do edital e da proposta; 8.4 O dever previsto no item anterior implica na obrigação de, a critério da Câmara Municipal, substituir, reparar, corrigir, remover, ou reconstruir, às suas expensas, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas o produto em desconformidade com este edital; 8.5 Atender prontamente a quaisquer exigências da Câmara Municipal, inerentes ao objeto da presente licitação; 8.6 Comunicar à Câmara Municipal, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação dos fatos alegados; 8.7 Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no credenciamento; 8.8 Não transferir a terceiros (subcontratar), por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas; 8.9 Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre; 8.10 Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes,

seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato. 8.11 A CREDENCIADA é expressamente proibida de sub credenciar o fornecimento sob pena de rescisão do contrato, sem que tenha direito à indenização de qualquer espécie, independentemente de ação, notificação e interposição judicial ou extrajudicial. 9. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE: 9.1 Analisar os pedidos de alteração do fornecimento do produto; 9.2 Supervisionar a execução do objeto do Contrato, exigindo presteza na execução e correção das falhas eventualmente detectadas; 9.3 Permitir o livre acesso dos empregados da CONTRATADA às dependências da CONTRATANTE, para o fornecimento do produto. 9.4 Prestar à CONTRATADA, em tempo hábil, as informações eventualmente necessárias à execução do objeto do contrato; 9.5 Atestar as faturas correspondentes, por intermédio de servidor competente; 9.6 Efetuar o pagamento devido pela execução do objeto, no prazo estabelecido, desde que cumpridas todas as formalidades e exigências previstas; 9.7 Prestar as informações e os esclarecimentos necessários com relação aos serviços que venham a ser solicitados pelos empregados da CONTRATADA ou por seus prepostos; 9.8 Notificar a CONTRATADA, por escrito, quaisquer falhas ou irregularidades verificadas no curso da execução do objeto, determinando o que for necessário à sua regularização. 9.9 Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos combustíveis recebidos provisoriamente com as especificações constantes do edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivos; 9.10 Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da contratada, através de servidor especialmente designado; 9.11 Efetuar o pagamento no prazo previsto. 9.12 O Poder Legislativo poderá pedir análise do combustível a qualquer tempo e sem aviso prévio aos credenciados, visando obter informações acerca da qualidade do produto solicitado. 10. DO PAGAMENTO: 10.1. A Câmara Municipal efetuará o pagamento com base no valor médio do Município de Montes Altos-MA. 10.2. As Notas Fiscais serão pagas conforme ordem cronológica, de acordo com o art. 141, da lei 14133/2021 e da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 04 de novembro de 2022. 10.3. A empresa deverá confeccionar um relatório dos abastecimentos efetuados e entregar na Câmara Municipal, acompanhada das notas fiscais respectivas. 10.4. As notas fiscais deverão possuir as seguintes informações: nome do veículo e a placa do mesmo. 10.5. A Câmara Municipal poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas, dívidas ou indenizações devidas pelo fornecedor. 10.5.1. No caso de ocorrência de irregularidade ou inexecução parcial ou total do objeto do contrato, o pagamento do saldo remanescente ficará suspenso, até ulterior decisão, para fins do contido no item 11.4. 10.5.2. O contido no item 11.4 será objeto de investigação através do competente processo administrativo; 10.6. O pagamento efetuado não isentará o fornecedor das responsabilidades decorrentes do fornecimento. 10.7. O valor total estimado para o objeto em questão encontra-se delimitado a R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) para um período de até 12 (doze) meses. 10.8. Os recursos para assegurar os pagamentos de todos os que vierem a credenciar-se através do Edital de Credenciamento nº 01/2024, são oriundos da seguinte Dotação Orçamentária: Unidade Orçamentária: 01 - Câmara Municipal de Montes Altos Programa/Projeto/Atividade: 01.031.0001.2 - 002 Manutenção das Atividades Legislativas 10.9. Os pagamentos serão realizados através de transferência bancária para a conta corrente da empresa credenciada. 11. DA RESCISÃO DO CREDENCIAMENTO: 11.1. A empresa credenciada, quando não conseguir praticar os preços relacionados pela Câmara Municipal, poderá solicitar o seu descredenciamento, mediante requerimento direcionado a Agente de Contratação. 11.2. A empresa será obrigada a fornecer os produtos até o deferimento de seu descredenciamento, nas condições e nos preços relacionados pela Câmara Municipal. 11.3. Havendo recusa injustificada no abastecimento, estando mantido o seu credenciamento, a empresa estará sujeita às sanções administrativas previstas no item 12, deste Edital. 11.4. A Câmara Municipal poderá, a qualquer tempo, descredenciar unilateralmente a empresa que desatender as condições exigidas neste Edital, aplicando-se as sanções de que trata o item 12, deste Edital. 11.5. Perderá o direito de se manter credenciada a empresa que, durante o período de contratação, deixar de cumprir com suas obrigações tributárias no que se refere às contribuições previdenciárias perante a Secretaria da Receita Federal. 11.6. Será descredenciada a empresa que, sem prévia autorização da Câmara Municipal, transferir, caucionar ou transacionar qualquer direito decorrente do futuro contrato. 11.7. Será descredenciada a empresa submetida a processo de falência, salvo no caso de homologação do plano de recuperação judicial. 11.8. A Câmara Municipal poderá, unilateralmente, promover o cancelamento do credenciamento quando verificar maior vantajosidade na contratação por meio de regular processo licitatório. 11.9. O descredenciamento poderá ocorrer ainda nos casos elencados nos incisos I a IX do artigo 137, da Lei Federal nº 14.133/2021. 12. DAS SANÇÕES

ADMINISTRATIVAS: 12.1. Comete infração administrativa o fornecedor que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam: 12.1.1. dar causa à inexecução parcial do contrato; 12.1.2. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Câmara Municipal, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo; 12.1.3. dar causa à inexecução total do contrato; 12.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame; 12.1.5. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado; 12.1.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta; 12.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado; 12.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante o credenciamento ou a execução do contrato; 12.1.9. fraudar o credenciamento ou praticar ato fraudulento na execução do contrato; 12.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza; 12.1.10.1. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento do credenciamento, mesmo após o encerramento. 12.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste edital. 12.1.12. praticar ato lesivo previsto no Art. 5º da Lei nº 12.846, 1º de agosto de 2013. 12.2. O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores terá sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções: 12.2.1. Advertência pela falta do subitem 12.1.1, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave; 12.2.2. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado dos itens prejudicados pela conduta do fornecedor, por qualquer das infrações dos subitens 12.1.1 a 12.1.12; 12.2.3. Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 03 (três) anos, nos casos dos subitens 12.1.2 a 12.1.7, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave; 12.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 03 (três) anos e máximo de 06 (seis) anos, nos casos dos subitens 12.1.8 a 12.1.12, bem como nos demais casos que justificarem a imposição da penalidade mais grave; 12.3. Na aplicação das sanções serão considerados: 12.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida; 12.3.2. as peculiaridades do caso concreto; 12.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes; 12.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública; 12.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle. 12.4. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente. 12.5. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Câmara Municipal. 12.6. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções. 12.7. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR. 12.8. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa. 12.9. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público. 12.10. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999. 12.11. As sanções e infrações administrativas, independente de transcrição neste edital, seguirão as normas contidas na Lei Federal nº 14.133/2021 e alterações posteriores. 13. DAS CONDUTAS DE PREVENÇÃO DE FRAUDE E CORRUPÇÃO: 13.1. Os licitantes devem observar e o contratado deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual, cabendo-lhes a obrigação de afastar, reprimir e denunciar toda e qualquer prática que possa caracterizar fraude ou corrupção, em especial,

dentre outras: a) “prática corrupta”: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato; b) “prática fraudulenta”: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato; a) “prática colusiva”: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos; b) “prática coercitiva”: causar danos ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato; c) “prática obstrutiva”: (i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista, deste Edital; d) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção; 13.2. Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução um contrato financiado pelo organismo. 13.3. Considerando os propósitos das cláusulas acima, o licitante vencedor, como condição para a contratação, concorda e autoriza que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, e o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do contrato. 14. DA FISCALIZAÇÃO: 14.1. A Câmara Municipal designará um servidor para realizar a fiscalização do cumprimento das cláusulas e condições estabelecidas no contrato administrativo, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021. 15. DA REVOGAÇÃO E ANULAÇÃO: 15.1. Nos termos do art. 71 da Lei nº 14.133/2021, a Câmara Municipal poderá revogar o presente Credenciamento e os contratos dele decorrentes, no todo ou em parte, por motivo de conveniência e oportunidade resultante de fato superveniente devidamente comprovado, ou anulá-los por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, devendo o ato ser publicado no Diário Oficial do Município de Montes Altos-MA, sem que assista aos contratados direito à indenização. 16. DAS IMPUGNAÇÕES E RECURSOS: 16.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar o presente Edital, sendo que o pedido de impugnação deverá ser protocolado de forma física, devidamente instruído (assinatura, endereço, nome ou razão social e telefone para contato), na Sede da Câmara Municipal, situada à Avenida Fabrício Ferraz, s/n – Centro, Montes Altos-MA – CEP: 65936-000, no horário das 08h às 12h, em dias de expediente, ou por e-mail, no endereço eletrônico contratacoescamaramontesaltos@gmail.com, no prazo de 05 (cinco) dias úteis após a data da publicação do aviso de abertura deste Credenciamento, no Diário Oficial do Município de Montes Altos-MA. 16.2. A resposta à impugnação será divulgada no sítio eletrônico oficial do Município de Montes Altos-MA, no prazo previsto no parágrafo único, do art. 164, da Lei nº 14.133/2021. 16.3. Aos credenciados é assegurado o direito de interposição de Recurso, nos termos do art. 165, da Lei nº 14.133/2021, que deverá ser interposto devidamente instruído (assinatura, endereço, razão social e telefone para contato), no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, contados da data de publicação da resposta à impugnação, sendo que os memoriais do recurso deverão ser protocolados na Sede da Câmara Municipal, situada à Avenida Fabrício Ferraz, s/n – Centro, Montes Altos-MA – CEP: 65936-000, no horário das 08h às 12h, em dias de expediente, ou por e-mail, no endereço eletrônico contratacoescamaramontesaltos@gmail.com. 16.4. Não serão aceitos recursos por via fax, bem como recursos fora do prazo, sem assinatura ou protocolados em setores que não seja o de Contratações Públicas. 16.5. Interposto o recurso quanto à habilitação, o fato será comunicado às demais participantes da mesma área de atendimento, por meio de publicação no Diário Oficial do Município local, que terão o prazo de 03 (três) dias úteis, a contar da data da publicação, para apresentar as contrarrazões. Recebidas as contrarrazões ao recurso interposto ou esgotado o prazo para apresentação das mesmas, se for o caso, a Câmara Municipal poderá reconsiderar a sua decisão no prazo de 05 (cinco) dias úteis, ou no mesmo prazo, submeter o recurso, devidamente instruído, à Assessoria Jurídica da Câmara Municipal de Montes Altos-MA, que decidirá também em 05 (cinco) dias úteis contados da data de seu recebimento. 16.6. Da decisão do Procurador Jurídico que rescindir o contrato ou que aplicar penalidade à parte credenciada cabe, inicialmente, pedido de reconsideração, no prazo de 03 (três) dias úteis, a

contar da intimação do ato. 16.7. Sobre o pedido de reconsideração formulado, a Secretaria Executiva deverá manifestar-se no prazo de 05 (cinco) dias úteis e poderá, ao recebê-lo, atribuir-lhe eficácia suspensiva, desde que o faça motivadamente diante de razões de interesse público. 16.8. Negado o pedido de reconsideração pela Assessoria Jurídica, o recurso subirá para decisão final e irrecurável do Presidente da Câmara Municipal, que deverá manifestar-se no prazo de 05 (cinco) dias úteis. 16.9. Decidido em todas as instâncias, o resultado do recurso será encaminhado ao recorrente e divulgado o seu extrato no Diário Oficial de Montes Altos-MA. 17. **DISPOSIÇÕES GERAIS:** 17.1. Esclarecimentos relativos ao presente Credenciamento e às condições para atendimento das obrigações necessárias ao cumprimento de seu objeto somente serão prestados quando solicitados por escrito, de forma física, protocolados na Sede da Câmara Municipal, situada à Avenida Fabrício Ferraz, s/n – Centro, Montes Altos-MA – CEP: 65936-000, no horário das 08h às 12h, em dias de expediente, ou por e-mail, no endereço eletrônico contratacoescamaramontesaltos@gmail.com. 17.2. Este Edital possui prazo de vigência de 30 (trinta) dias corridos, contados do (a) a partir da publicação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), podendo os interessados requerer seu credenciamento a qualquer momento dentro do período de vigência. 17.3. Os casos omissos serão decididos pelo Presidente da Câmara Municipal. 17.4. Fica eleito o foro da Comarca de Montes Altos, Estado do Maranhão, como competente para dirimir todas as questões decorrentes do credenciamento. Montes Altos-MA, 24 de abril de 2024.

Reginaldo Lima Alves Vereador Presidente

ANEXO I: TERMO DE

REFERÊNCIA 1. **OBJETO E ESPECIFICAÇÕES:** 1.1. Credenciamento de Pessoa Jurídica para fornecimento de combustível, tipo gasolina comum, a fim de atender às necessidades do veículo oficial da Câmara Municipal de Montes Altos-MA. O saldo total estimado para o objeto em questão encontra-se delimitado a seguir: **ITEM DESCRIÇÃO UNID. QTD MÉDIA UNITÁRIA -MONTES ALTOS-MA (R\$) 01 GASOLINA COMUM LT 2.586 R\$ 5,80 TOTAL APROXIMADO R\$ 15.000,00** 1.2. Os valores dos produtos foram definidos através de pesquisa in loco, pela Agente de Contratação, a Sra. Valéria de Abreu Silva, no município de Montes Altos-MA, no dia 11/04/2024, sendo o demonstrativo de valores da gasolina comum, o seguinte: **NOME DO POSTO CPNJ VALOR UNITÁRIO** Auto Posto Santa Rosa 09.410.568/0001-55 R\$ 5,97 Auto Posto Montes Altos 03.487.856/0001-21 R\$ 5,72 Auto Posto Carreirão 03.598.276/0002-92 R\$ 5,72 **MÉDIA DE VALOR R\$ 5,80** 1.3. A modalidade utilizada no presente processo é o credenciamento, conforme previsto nos arts. 78, I e 79 da Lei Federal nº 14.133/2021. 1.4. Deverá ser apresentado atestado fornecido por pessoas jurídicas de direito público ou privado que comprove a aptidão da CONTRATADA para o desempenho de atividade pertinente e compatível com serviço de gerenciamento de fornecimento de combustível. A necessidade da exigência do atestado de capacidade técnica operacional, se dará por conta da contratação de um serviço de natureza contínua, não podendo sofrer interrupções, visando assim, melhor gerenciamento do veículo oficial da Câmara Municipal de Montes Altos-MA. 1.5. O critério de seleção é o previsto no art. 79, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021, ou seja, paralela e não excludente: caso em que é viável e vantajosa para a Administração a realização de contratações simultâneas em condições padronizadas. 2. **FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:** • Lei Federal 14.133/2021, de 01 de abril de 2021, arts. 78 e 79; • Lei Orçamentária Anual - LOA, Lei Municipal nº 095, de 20 de dezembro de 2023; • Decreto nº 11.878, de 09 de janeiro de 2024; • Portaria nº 026/2024, de 10 de abril de 2024. 3. **JUSTIFICATIVA:** A Câmara Municipal de Montes Altos-MA é o Poder Legislativo da cidade, um órgão público onde atuam os vereadores e vereadoras eleitos pelo povo. O credenciamento de gasolina comum para a Câmara Municipal pode ser justificado por diversos motivos, tais como: **Deslocamento dos Vereadores:** Os vereadores frequentemente precisam se deslocar para participar de sessões, sessões itinerantes, reuniões e eventos relacionados ao trabalho legislativo. O credenciamento de gasolina comum permite que eles utilizem veículos oficiais para cumprir suas obrigações. **Eficiência e Economia:** O uso de gasolina comum em veículos oficiais pode ser mais econômico em comparação com outros tipos de combustível. Isso ajuda a otimizar os recursos financeiros da Câmara. **Manutenção da Rotina Legislativa:** Garantir que os vereadores tenham acesso a veículos abastecidos facilita o cumprimento de suas atividades diárias, como visitas a bairros, reuniões com a comunidade e fiscalização de obras públicas. **Serviço Público:** O credenciamento de gasolina comum é uma forma de apoiar o serviço público e garantir que os representantes eleitos possam desempenhar suas funções adequadamente. Além dos pontos mencionados, é importante lembrar que a Câmara Municipal desempenha um papel fundamental na representação da população e na tomada de decisões que afetam a comunidade local. Os vereadores têm a responsabilidade de ouvir os cidadãos, propor leis que beneficiem a cidade e fiscalizar a gestão pública. Portanto, o credenciamento de gasolina

comum pode ser visto como um recurso necessário para que eles cumpram suas obrigações de forma eficiente e eficaz. Por fim, a Câmara Municipal de Montes Altos-MA desempenha um papel crucial na representação da comunidade local e na tomada de decisões que afetam o município. O credenciamento de gasolina comum para os vereadores é justificado pelo deslocamento necessário para cumprir suas obrigações legislativas, pela eficiência financeira e pela manutenção da rotina legislativa.

4. SERVIÇOS A SEREM EXECUTADOS: O fornecimento do produto é enquadrado como continuado, tendo em vista a necessidade permanente de operacionalidade do transporte da Câmara Municipal. Forma de execução do contrato: forma parcelada, de acordo com a necessidade do objeto.

4.3 Local de Entrega: Os produtos Gasolina tipo comum será retirada diretamente na bomba de combustível da empresa, mediante apresentação de autorização por parte da Contratante. Todas as despesas, bem como a mão-de-obra relacionada ao transporte, seguros, carga e descarga dos produtos, ficarão a cargo da Contratada.

4.4 A Câmara Municipal pagará ao fornecedor o valor correspondente ao fornecimento efetivamente realizado, nas condições estipuladas neste instrumento e de acordo com os preços que serão registrados.

4.5 As quantidades consideradas no quadro de quantidades e custos visam somente oferecer aos proponentes elementos para avaliação do potencial de fornecimento. Estas quantidades, não constituem sob nenhuma hipótese, garantia de volume de produto a ser requisitado.

4.6 As empresas credenciadas deverão abastecer somente mediante apresentação da requisição/ordem de abastecimento, devidamente assinada pelo responsável.

4.7 O Credenciamento poderá ser feito conforme tempo descrito no Edital, ficando os interessados cientes das condições previstas neste Termo de Referência.

4.8 A Câmara Municipal promoverá a rotatividade dos abastecimentos, de acordo com o número de empresas credenciadas e de acordo com as suas necessidades, tendo em vista a demanda de viagens.

4.9 Não será aceito serviço em desacordo com as especificações constantes do presente Termo de Referência.

DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO:

5.1 Efetuar a entrega dos bens/serviços em perfeitas condições, em estrita observância das especificações deste instrumento, acompanhados das respectivas Notas Fiscais Eletrônicas, constando detalhadamente as indicações da descrição da placa e litros do veículo.

5.2 Efetuar a entrega dos combustíveis em perfeitas condições, em estrita observância das especificações do edital e da proposta;

5.3 O dever previsto no item anterior implica na obrigação de, a critério da Câmara Municipal, substituir, reparar, corrigir, remover, ou reconstruir, às suas expensas, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas o produto em desconformidade com este edital;

5.4 Atender prontamente a quaisquer exigências da administração, inerentes ao objeto da presente licitação;

5.5 Comunicar à Câmara Municipal, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação dos fatos alegados;

5.6 Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.7 Não transferir a terceiros (subcontratar), por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas;

5.8 Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

5.9 Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato.

5.10 A CREDENCIADA é expressamente proibida de subcredenciar o fornecimento sob pena de rescisão do instrumento, sem que tenha direito à indenização de qualquer espécie, independentemente de ação, notificação e interpelação judicial ou extrajudicial.

6. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

6.1 Analisar os pedidos de alteração do fornecimento do produto;

6.2 Supervisionar a execução do objeto do Contrato, exigindo presteza na execução e correção das falhas eventualmente detectadas;

6.3 Permitir o livre acesso dos empregados da CONTRATADA às dependências da CONTRATANTE, para o fornecimento do produto.

6.4 Prestar à CONTRATADA, em tempo hábil, as informações eventualmente necessárias à execução do objeto do contrato;

6.5 Atestar as faturas correspondentes, por intermédio de servidor competente;

6.6 Efetuar o pagamento devido pela execução do objeto, no prazo estabelecido, desde que cumpridas todas as formalidades e exigências previstas;

6.7 Prestar as informações e os esclarecimentos necessários com relação aos serviços que venham a ser solicitados pelos empregados da CONTRATADA ou por seus prepostos;

6.8 Notificar a CONTRATADA, por escrito, quaisquer falhas ou irregularidades verificadas no curso da execução do objeto, determinando o que for necessário à sua regularização.

6.9 Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos combustíveis recebidos provisoriamente com as especificações constantes do edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento

definitivos; 6.10 Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da contratada, através de servidor especialmente designado; 6.11 Efetuar o pagamento no prazo previsto. 6.12 O setor de Licitações e Contratos serão responsáveis de realizar o reajuste no valor dos combustíveis, mencionado no item 10. 6.13 O Poder Legislativo poderá pedir análise do combustível a qualquer tempo e sem aviso prévio aos credenciados, visando obter informações acerca da qualidade do produto solicitado.

7. DA HABILITAÇÃO: 7.1 O capítulo IV do Decreto nº 11.878, de 09 de janeiro de 2024, traz em seu art. 11 requisitos para Habilitação do Credenciado, conforme abaixo: Art. 11. Para habilitação como credenciado, serão exigidos os documentos necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do interessado de realizar o objeto da contratação, nos termos do disposto nos art. 62 ao art. 70 da Lei nº 14.133, de 2021. Sendo assim, as empresas que tiverem interesse em credenciar-se deverão apresentar os seguintes documentos: I. Requerimento solicitando credenciamento junto à Câmara Municipal, devidamente assinado pelo representante legal da empresa, indicando o número do credenciamento e itens para o qual deseja-se credenciar – Anexo II. II. Ato constitutivo, Estatuto ou Contrato Social e todas as alterações ou Contrato Social Consolidado, no caso de empresa Ltda., ou Estatuto, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documento de eleição de seus administradores ou Ato Constitutivo. III. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ); IV. Certidão Negativa de Tributos Federais; V. Certidão Negativa de Tributos Estaduais; VI. Certidão Negativa de Tributos Municipais; VII. Prova de Regularidade relativa a? Seguridade Social, emitida RFB – Receita Federal do Brasil e PGFN – Procuradoria Geral da Fazenda, demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituído por Lei (Certidão Conjunta Federal); VIII. Certidão de Regularidade de Situação CRF, do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço- FGTS; IX. Prova de regularidade trabalhista através da apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), instituído pela Lei no 12.440, de 07/07/2011; X. Prova de inscrição no cadastro municipal da Prefeitura do Município em que esta? a sede do licitante (Alvara?), em plena validade e regularidade de situação. XI. Registro de revendedor varejista de combustíveis automotivos, expedido pela ANP – Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis. XII. Atestado de Vistoria do Corpo de Bombeiros, emitido pela autoridade competente, vigente para a data da sessão inaugural; XIII. Atestados de capacidade técnica que demonstram a experiência anterior da empresa em serviços similares; XIV. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos dois últimos exercícios sociais; XV. Certidão negativa de Falência ou Concordata, expedida pelo distribuidor da sede do licitante, no máximo 90 (noventa) dias da data prevista para abertura das propostas; XVI. Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica expedida pelo Tribunal de Contas da União, no máximo 30 (trinta) dias da data prevista para abertura das propostas, no endereço eletrônico: <https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>. 7.2. Serão consideradas habilitadas as pessoas jurídicas que apresentarem corretamente a documentação solicitada e que atendam todas as condições exigidas neste Edital. Os documentos a serem exigidos devem constar no Edital e no Termo de Referência e deverão ser solicitados posteriormente do fornecedor credenciado.

8. DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO: O contrato deverá ser executado ?elmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila. A execução do contrato deverá ser acompanhada e ?scalizada por 01 (um) ou mais ?sciais do contrato, representantes da Administração especialmente designados conforme requisitos estabelecidos no art. 7º da Lei 14.133/2021, ou pelos respectivos substitutos, permitida a contratação de terceiros para assisti-los e subsidiá-los com informações pertinentes a essa atribuição. O ?scal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. 8.5 O ?scal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência. 8.6 O ?scal do contrato será auxiliado pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração, que deverão dirimir dúvidas e subsidiá-lo com informações relevantes para prevenir riscos na execução contratual. 8.7 O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se veri?carem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados. O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a ?scalização ou o acompanhamento pelo

contratante. 9. DO PAGAMENTO: 9.1 O pagamento será efetuado, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis (deve estar em consonância com o edital e contrato, quando houver) da data de apresentação dos documentos de cobrança, desde que a totalidade do objeto contratado tenha sido executada, atestada e aprovada pelo contratante. 9.2 O pagamento será efetuado na conta corrente da contratada através de ordem bancária, conforme descrição: Banco: _____ Conta: _____ Agência: _____ 9.3 Os bens entregues ou serviços prestados em desacordo com as especificações contratuais não serão atestados pela fiscalização. 9.4 A contratada deverá emitir uma nota fiscal com os dados constantes da nota de empenho. 9.5 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a futura contratada não tenha concorrido, de forma alguma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pelo contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula: $EM = I \times N \times VP$, sendo: EM = Encargos moratórios; N = Número de dias entre a data prevista para pagamento e do efetivo pagamento; VP = Valor da parcela a ser paga; I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado: $I = (TX) / 365$ I = 0,00016438 TX = Percentual da taxa anual = 6% 10. DO REAJUSTE: 10.1 Os valores unitários a serem pagos são constantes oriundos da tabela ANP ou outra oficial que venha a substituí-la. 10.2 “Serão concedidos reajustes mensalmente, de acordo com a atualização da tabela ANP – Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis disponível no dia, tendo como base o valor médio do município do estado do Maranhão, utilizando para os cálculos até? duas casas após a vírgula. 10.2.1 Será sempre respeitada a diferença dos valores em comparação com os valores médios da ANP e postos da região, sendo aplicado sobre a média dos valores o desconto de 1%. 10.2.2 Entre o resultado da equação e o menor preço praticado entre os postos pesquisados ou a média dos valores da ANP dos postos da região de Montes Altos-MA, deve prevalecer o menor valor como referência, sendo que não se aplica 1% sobre menor valor praticado entre os credenciados se este for menor que ANP – 1%”. 10.3 Os valores que serão praticados serão tornados públicos mediante comunicação através do Diário Oficial do Município, podendo a Câmara Municipal também realizar a comunicação direta a cada credenciado. 11. DAS ALTERAÇÕES DO CONTRATO: 11.1 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do Art. 124 e seguintes da Lei nº 14.133/2021. 11.2 Nas alterações unilaterais a que se refere o inciso I do caput do art. 124 da Lei nº 14.133/2021, o contratado será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato. 11.3 As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato. 12. EXTINÇÕES DO CONTRATO: 12.1 Constituirão motivos para extinção do contrato, a qual deverá ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, as situações previstas nos incisos I a IX do art. 137 da Lei Federal nº 14.133/2021. 12.2 A extinção do contrato poderá ser: I - determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta; II- consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração; III- determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial. 12.3 A extinção determinada por ato unilateral da Administração e a extinção consensual deverão ser precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a termo no respectivo processo; 12.4 A extinção determinada por ato unilateral da Administração poderá acarretar as consequência indicadas no art. 139 da Lei Federal nº 14.133/2021, sem prejuízo das sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/2021 e no Termo de Referência. 12.5 O termo de rescisão será precedido de Relatório indicativo dos seguintes aspectos, conforme o caso: 12.5.1 Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos; 12.5.2 Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos; Indenizações e multas. 13. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS: 13.1 Comete infração administrativa o fornecedor que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam: 13.1.1 dar causa à inexecução parcial do contrato; 13.1.2 dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo; 13.1.3 dar causa à inexecução total do contrato; 13.1.4 deixar de entregar a documentação exigida para o certame; 13.1.5 não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado; 13.1.6 não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta; 13.1.7 ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado; 13.1.8 apresentar declaração ou documentação falsa exigida para prestar declaração falsa

durante o Credenciamento ou a execução do contrato; 13.1.9 fraudar a ou praticar ato fraudulento na execução do contrato; 13.1.10 comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza; 13.1.10.1 Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento, mesmo após o encerramento do credenciamento. 13.1.11 praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame. 13.1.12 praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013. 13.2 O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores será sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções: a) Advertência pela falta do subitem 13.1.1 deste termo de referência, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave; b) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado dos itens prejudicados pela conduta do fornecedor, por qualquer das infrações dos subitens 13.1.1 a 13.1.12; c) Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 13.1.2 a 13.2.1 deste termo de referência, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave; d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 13.1.8 a 13.1.12, bem como nos demais casos que justificar a imposição da penalidade mais grave; 13.3. Na aplicação das sanções serão considerados: 13.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida; 13.3.2. as peculiaridades do caso concreto; 13.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes; 13.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública; 13.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle. 13.4. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente. 13.5. A aplicação das sanções previstas neste termo de referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública. 13.6. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções. 13.7. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR. 13.8. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa. 13.9. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público. 13.10. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999. 14. DO VALOR ESTIMADO: 14.1 O valor total estimado da aquisição é de aproximadamente R\$ 15.000,00. 15. DO PRAZO: 15.1 O prazo de vigência da contratação é de 01(um) ano, contado a partir da publicação no Diário Oficial do Município de Montes Altos-MA e demais meios de publicidade, prorrogável por até 05 (cinco) anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: A dotação orçamentária a ser aplicada neste presente instrumento é a seguinte: Unidade Orçamentária: 01 - Câmara Municipal de Montes Altos Programa/Projeto/Atividade: 01.031.0001.2 - 002 Manutenção das Atividades Legislativas DA GARANTIA DE EXECUÇÃO: 17.1. Não haverá exigência de garantia contratual. 18. DAS DEMAIS DISPOSIÇÕES: 18.1. A CONTRATANTE não aceitará, sob pretexto algum, a transferência de responsabilidade da CONTRATADA para outras entidades, sejam fabricantes, técnicos ou quaisquer outros. 18.2. Os casos omissos relacionados a este documento regular-se-ão pelos preceitos do Direito Público aplicando-se lhes, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições do Direito Privado, na forma do artigo 89, da Lei nº 14.133 de 2021. 18.3. Integram nas contratações regidas por esta lei, independente de transcrição, as condições estabelecidas na licitação respectiva e as normas contidas na Lei Federal nº 14.133/2021 e alterações posteriores. 19. DO FORO E DA PUBLICAÇÃO: 19.1 O foro competente para dirimir possíveis

dúvidas, após se esgotarem todas as tentativas de composição amigável, e/ou litígios pertinentes ao objeto do presente CREDENCIAMENTO, independente de outro que por mais privilegiado seja, será o da Comarca de Montes de Altos-MA. Por fim, considerando o acima exposto acolho as justificativas e AUTORIZO a publicação no sítio eletrônico da municipalidade e demais plataformas oficiais. Montes Altos-MA, 24 de abril de 2024. _____ Deusilene

Fernandes Miranda Portaria nº 005/2023 Tesoureira ANEXO II: REQUERIMENTO PARA CREDENCIAMENTO À Câmara Municipal de Montes Altos-MA. O interessado abaixo qualificado, requer sua inscrição no CREDENCIAMENTO de Pessoa Jurídica para fornecimento de combustível, tipo gasolina comum, a fim de atender às necessidades do veículo oficial da Câmara Municipal de Montes Altos-MA, nos termos do Credenciamento nº 01/2024/Processo Administrativo nº 04/2024, conforme descrição abaixo: RAZÃO SOCIAL: _____ CNPJ: _____

ENDEREÇO COMERCIAL: _____ CEP: _____ CIDADE: _____ ESTADO: _____ TELEFONE: _____ EMAIL: _____

ITEM DESCRIÇÃO UNID. QTD. P. MÉDIO V. TOTAL 01 GASOLINA COMUM LT 2.586 Montes Altos-MA, ____ de ____ de 2024.

____ Assinatura do Representante da Empresa ANEXO III: MINUTA DE

CONTRATO Processo Administrativo nº 04/2024 CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 04/2024, QUE FAZEM ENTRE SI A CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES ALTOS-MA, POR INTERMÉDIO DO (A) REGINALDO LIMA ALVES E A EMPRESA _____ A CÂMARA MUNICIPAL DE

MONTES ALTOS-MA, com sede à Avenida Fabrício Ferraz, na cidade de Montes Altos, Estado do Maranhão, inscrita no CNPJ sob o nº 10.349.959/0001-90, neste ato representada pelo Sr Reginaldo Lima Alves, portador do CPF nº _____, doravante denominado CONTRATANTE, e o (a) _____, inscrito (a) no CNPJ/MF sob o nº _____, sediado(a) na _____, doravante designado CONTRATADO, neste ato

representado(a) por _____ (nome e função no contratado), conforme atos constitutivos da empresa OU procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo nº _____ e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Credenciamento nº 01/2024, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO: O objeto do presente instrumento é o Credenciamento de Pessoa Jurídica para fornecimento de combustível, tipo gasolina comum, a fim de atender às necessidades do veículo oficial da Câmara Municipal de Montes Altos-

MA. 1.2. Objeto da contratação: ITEM DESCRIÇÃO QUANT. UNID. PREÇO MÉDIO 01 GASOLINA COMUM 2586 LT _____ TOTAL _____ 1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição: 1.3.1. O

Termo de Referência; 1.3.2. Requerimento para Credenciamento; 1.3.3. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO: 2.1. O prazo de vigência da contratação é de 01 (um) ano contados a partir da data da assinatura, prorrogável por até 05 (cinco) anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021. 2.2. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado. 2.2.1 O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual. 2.2.2 A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo. 2.2.3 O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de

declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS: (art. 92, IV, VII e XVIII) 3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO: 4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual. CLÁUSULA QUINTA – PREÇO: 5.1. O valor total da contratação é de R\$..... (.....). 5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao

cumprimento integral do objeto da contratação. 5.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos. CLÁUSULA SEXTA – PAGAMENTO: (art.

.....)

92, V e VI) 6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato. 6.2. O pagamento será efetuado na conta corrente da contratada através de ordem bancária, conforme descrição: Banco: _____ Conta: _____ Agência: _____ CLÁUSULA SÉTIMA – REAJUSTE: (art. 92, V) 7.1. Os valores unitários a serem pagos são constantes oriundos da tabela ANP ou outra oficial que venha a substituí-la. 7.2 – “Serão concedidos reajustes mensalmente, de acordo com a atualização da tabela ANP – Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis disponível no dia, tendo como base o valor médio do município do estado do Maranhão, utilizando para os cálculos até? duas casas após a vírgula. 7.2.1 - Será? sempre respeitada a diferença dos valores em comparação com os valores médios da ANP e postos da região, sendo aplicado sobre a média dos valores o desconto de 1%. 7.2.2 - Entre o resultado da equação e o menor preço praticado entre os postos pesquisados ou a média dos valores da ANP dos postos da região de Montes Altos-MA, deve prevalecer o menor valor como referência, sendo que não se aplica 1% sobre menor valor praticado entre os credenciados se este for menor que ANP – 1%”. 7.3 – Os valores que serão praticados serão tornados públicos mediante comunicação através do Diário Oficial do Município, podendo a Câmara Municipal também realizar a comunicação direta a cada credenciado. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE: (art. 92, X, XI e XIV) 8.1 São obrigações do Contratante: 8.2 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos; 8.3 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência; 8.4 Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas; 8.5 Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado; 8.6 Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência. 8.7 Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato; 8.8 Cientificar o órgão de representação da Câmara Municipal para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado; 8.9 Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste. 8.9.1 A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período. 8.10 Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 dias. 8.11 Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais. 8.12 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO: (art. 92, XIV, XVI e XVII) 9.1 O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas: 9.2 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990); 9.3 Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação; 9.4 Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei nº 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados; 9.5 Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados; 9.6 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos; 9.7 Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou

sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT; 9.8 Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato; 9.9 Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual. 9.10 Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros. 9.11 Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para qualificação na contratação direta; 9.12 Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021); 9.13 Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021); 9.14 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato; 9.15 Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021. 9.16 Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante; 9.17 Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência; 9.18 Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato; 9.19 Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina. 9.20 Submeter previamente, por escrito, ao contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congêneres. 9.21 Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre. CLÁUSULA DÉCIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO: (art. 92, XII) 10.1 Não haverá exigência de garantia contratual. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS: (art. 92, XIV) 11.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que: a) der causa à inexecução parcial do contrato; b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo; c) der causa à inexecução total do contrato; d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado; e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato; f) praticar ato fraudulento na execução do contrato; g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza; h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013. 11.2 Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções: I. Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021); II. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021); III. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021). IV. Multa: 1. Moratória de 2% (dois por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10 (dez) dias; 2. Moratória de 3% (três por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 20% (vinte por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia. I. O atraso superior a 60 (sessenta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou

cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021. 3. Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 11.1, de 5% a 10% do valor do Contrato. 4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 11.1, de 5% a 10% do valor do Contrato. 5. Para infração descrita na alínea “b” do subitem 11.1, a multa será de 5% a 10% do valor do Contrato. 6. Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 11.1, a multa será de 5% a 10% do valor do Contrato. 7. Para a infração descrita na alínea “a” do subitem 11.1 a multa será de 5% a 10% do valor do Contrato, ressalvadas as seguintes infrações: 11.3 A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021) 11.4 Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021). 11.4.1 Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021) 11.4.2 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021). 11.4.3 Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente. 11.5 A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar. 11.6 Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021): a) a natureza e a gravidade da infração cometida; b) as peculiaridades do caso concreto; c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes; d) os danos que dela provierem para o Contratante; e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle. 11.7 Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159). 11.8 A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021). 11.9 O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021). 11.10 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21. 11.11 Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022. **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA– DA EXTINÇÃO CONTRATUAL:** (art. 92, XIX) 12.1 O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto. 12.2 Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato. 12.2.1 Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado: a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual. 12.3 O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como

amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa. 12.3.1 Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei. 12.3.2 A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato. 12.3.2.1 Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva. 12.4 O termo de extinção, sempre que possível, será precedido: 12.4.1 Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos; 12.4.2 Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos; 12.4.3 Indenizações e multas. 12.5 A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021). 12.6 O contrato poderá ser extinto: 12.6.1 caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação no processo de contratação direta ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021); 12.6.2 caso se constate que a pessoa jurídica contratada possui administrador ou sócio com poder de direção, familiar de detentor de cargo em comissão ou função de confiança que atue na área responsável pela demanda ou contratação ou de autoridade a ele hierarquicamente superior no âmbito do órgão contratante (art. 3º, § 3º, do Decreto n.º 7.203, de 4 de junho de 2010). **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** (art. 92, VIII) 13.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no previsto deste exercício, na dotação abaixo discriminada: Unidade Orçamentária: 01 - Câmara Municipal de Montes Altos Programa/Projeto/Atividade: 01.031.0001.2 - 002 Manutenção das Atividades Legislativas 13.2 A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento. **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS:** (art. 92, III) 14.1 Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei n.º 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei n.º 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos. **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES:** 15.1 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei n.º 14.133, de 2021. 15.2 O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato. 15.3 As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 01 (um) mês (art. 132 da Lei n.º 14.133, de 2021). 15.4 Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei n.º 14.133, de 2021. **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO:** 16.1 Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como na Plataforma Licitanet e no respectivo sítio oficial do Município de Montes Altos-MA. **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA– FORO:** (art. 92, §1º) 17.1 Fica eleito o Foro da Comarca de Montes Altos-MA para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei n.º 14.133/21. Montes Altos-MA, ____/____/_____

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO TESTEMUNHAS:

2- _____

Publicado por: Manoel Messias Pimentel Barros
Chefe de Gabinete

Código identificador: 0qgg6ikr7fe20240424080408

Estado do Maranhão
MONTES ALTOS

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

Gabinete do Prefeito
Av: Fabrício Ferraz, 192, centro de Montes Altos-MA
Cep: 65936-000

Domingos Pinheiro Cirqueira
Prefeito Municipal

Manoel Messias Pimentel Barros
Chefe de Gabinete

Informações: prefeitura@montesaltos.ma.gov.br